

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NA PREVENÇÃO, GESTÃO E TRANSFORMAÇÃO DE CONFLITOS: A EXPERIÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

(Brazão Mazula & Guilherme Mbilana)

Comunicação apresentada na Conferência co-organizada pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola (UCAN) e pela Fundação Friedrich Ebert, sobre “ Prevenção, Gestão e Transformação de Conflitos Eleitorais na Região da SADC”, no dia 27 de Novembro de 2003.

1. Considerações preliminares

Partimos em primeiro lugar do conceito de sistema eleitoral. Segundo Fernando L. Bastos, *sistema eleitoral* é a forma e o modo de expressão da vontade eleitoral, pela qual o cidadão-eleitor decide escolher este ou aquele candidato, esta ou aquela lista, e esta vontade é traduzida num resultado global final¹. Este conceito confere um significado particular ao sufrágio universal e releva a postura dos políticos nos três grandes momentos eleitorais, nomeadamente, o pré-eleitoral, o eleitoral e o pós-eleitoral. São, então, actores-chave o cidadão que é o eleitor real, os concorrentes (dos partidos políticos, de grupos de cidadãos ou independentes), a sociedade civil organizada e o Estado.

Em segundo lugar, entende-se a democracia como implicando também o exercício da “livre escolha entre um conjunto de candidatos ou partidos, que submetem ao seu julgamento e decisão os respectivos programas políticos”².

Assim sendo e todas as vezes que se avizinha um processo eleitoral, a preocupação do cidadão e da sociedade civil orienta-se quase sempre para o comportamento dos políticos, isto é, como vão se comportar os políticos na campanha eleitoral e no anúncio dos resultados finais. No centro da preocupação, está a vontade real de escolher democraticamente os órgãos de poder do Estado aos vários níveis. Em sociedades pós-conflito, esta preocupação encerra em si uma outra preocupação com a manutenção e a consolidação da paz, pois o cidadão não quer que do seu voto resulte uma violência política.

No sentido mais lato, a mesma preocupação fundamenta-se na experiência do movimento das recentes democracias em África. A experiência mostra-nos a dimensão dual das eleições. Elas tanto podem consolidar a paz e representar uma oportunidade de promover a democracia como podem constituir um momento e um pretexto para reacender ou criar novos conflitos¹.

¹ BASTOS, Fernando Loureiro. *Ciência Política*-Guia de Estudo. Livraria Universitária, Maputo, 1999, p.160.

² BRITO, Luís. “O comportamento eleitoral nas primeiras eleições multipartidárias em Moçambique”. In MAZULA, Brazão. *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo, Elo Gráfica, Lda, 1995, p.474.

¹ TOLLENAIRE, Marc. “ Democracia e Eleições em Moçambique: Teoria e Prática”. In MAZULA, Brazão *Moçambique: 10 Anos de Paz*. Maputo, CEDE, 2002, p. 245.

No seu limite, a preocupação do cidadão diz-nos que não é suficiente votar para se aferir o pleno exercício da cidadania; não basta adoptar os mecanismos formais da democracia, o multipartidarismo e as eleições; é necessário, sim, assegurar uma democracia que se concretiza no relacionamento funcional entre o cidadão, as intuições sociais e o Estado. Como observa Boaventura de Sousa Santos, “só a convergência dos dois processos de democratização (ao nível do Estado e dos Políticos) se pode garantir a reconstituição do espaço público de deliberação democrática”⁴.

Perante este dilema, afigura-se indispensável fazer uma reflexão sobre o papel da sociedade civil na gestão de conflitos eleitorais, por forma a tornar possível o exercício da cidadania. Partimos da experiência de Moçambique.

Nesse contexto, a presente comunicação é um modesto contributo para o debate nesta Conferência e ela pretende descrever o papel jogado por organizações da sociedade civil na prevenção, gestão e transformação de conflitos nos momentos eleitorais em Moçambique.

Sustentamo-nos em duas hipóteses: a primeira refere que quanto menos os políticos se fecham em si mesmos, evitando monopolizar a direcção do processo eleitoral, mais se assegura a transparência e a justeza do mesmo processo. A segunda diz-nos que uma postura politicamente activa das organizações da sociedade civil pode reverter o campo político de turbulência, instabilidade e insegurança para um pleito digno que consolide a própria paz e a democracia.

Recorremos, por um lado, às vivências pessoais das eleições de 1994, 98 e 99 e, por outro, de reflexões escritas existentes sobre o assunto.

2. Conflitos Eleitorais

O Acordo Geral de Paz (AGP), assinado no dia 4 de Outubro de 1992, pelo Governo de Moçambique e pela Renamo, na cidade de Roma, Itália, marcou o fim da guerra civil de 16 anos e o início de uma nova ordem política nacional.

O AGP propiciou uma ambiente favorável à presença e à acção de diferentes forças políticas e à participação dos cidadãos, através dos mecanismos formais da democracia, como sejam as eleições livres. Realizaram-se, assim, as primeiras eleições gerais e multipartidárias em Outubro de 1994. Os discursos dos políticos nessas eleições (durante a campanha eleitoral) incidiram na manutenção da paz alcançada e comprometendo-se a nunca mais ao retorno à guerra. Já nessas eleições, participaram 12 candidatos dos partidos políticos e candidatos independentes a Presidente da República e 14 partidos ou coligações de partidos ao parlamento. Haviam sido recenseados 6.396.061 potenciais eleitores, correspondendo a 81,01% da população com capacidade eleitoral. Desses recenseados, participaram na votação 5.402.940 eleitores, correspondendo a 87,87% de eleitores inscritos. Registou-se apenas cerca

⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reinventar a Democracia*. Lisboa, Fundação Mário Soares, 1998, p.63.

de 5,78% de votos em branco e 2,76% de votos nulos nas Presidenciais e 8,46% de votos em branco e 3,21% de votos nulos nas Legislativas². Foram eleições de Paz! Foi o voto da Paz!

Contrariamente às eleições de 1994, as primeiras eleições autárquicas de 1998 foram caracterizadas por campanhas de boicote protagonizadas pelos partidos da oposição, que reclamavam não estarem criadas as condições objectivas para a sua realização. Como resultado desse boicote registou-se uma abstenção de 85%.

Os resultados das segundas eleições presidenciais e legislativas de 1999 foram fortemente contestados pela Coligação Renamo-União Eleitoral (RUE), considerados fraudulentos, não obstante a sua revalidação pelo Tribunal Supremo. No ano seguinte, a mesma Coligação organizou manifestações gerais em todo o país, que acabaram provocando confrontos com a polícia nas cidades da Beira (centro do país) e Montepuez. Resultaram em cerca de mais de uma centena de mortes na cidade de Montepuez, na Província nortenha de Cabo Delgado. Gerou-se um clima de medo e instabilidade naquela cidade e uma certa tensão política em todo o país.

3. Possíveis causas e factores de conflitos

No processo de democratização em Moçambique, as eleições têm sido assumidas como a via para a afirmação do princípio de cidadania, na medida em que o acto de votar pode determinar o futuro do país. Já em 1994, a Comissão Nacional de Eleições adoptara o lema “*No Teu Voto, o Futuro de Moçambique*”

O cidadão eleitor reflecte e mostra-se interessado em assuntos sobre a governação, a paz, a democracia e o desenvolvimento. Mostra-se mais exigente quanto ao perfil dos representantes aos vários níveis de governação. O cidadão espera e exige que as eleições respeitem o princípio da cidadania e contribuam para a sua consolidação.

Em sociedades pós-conflito como a moçambicana, várias podem ser as causas ou factores de conflitos. Estudos de alguns autores apontam, entre outros, os seguintes: conflitos de valores, necessidades e interesses (Bulton), conflitos de dados ou de informação, de relacionamento, valores, interesses, distribuição desigual ou injusta do poder e dos recursos (Moore), situações de pobreza generalizada, por um lado e de ilhéus de manifestação de riqueza ou opulência, por outro (Paul Collier), incompatibilidade de interesses, atitudes negativas em forma de percepções ou estereótipos acerca dos outros, comportamento de coerção e gestos de hostilidade e ameaça (Galtung)³.

² COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. *Relatório Final*. Maputo, AWEPA, s.d., p. 33 e 72.

³ BURTON, John. *Conflict: Resolution and prevention*. Macmillan Press, London, 1990, p. 36-39); ---- MOORE, Christopher W. “The Mediation Process: Practical Strategies for Resolving Conflict”. 2nd Edition. San Francisco, California: Jossey-Bass, 1996. In: CCR (Justa Paz). *Manual de Resolução de Conflitos*. Trad. Helvetas, Cape Town, Centro de Resolução de Conflitos de Cape Town, 2002, p. 2; ---- BAECHLER, Günther. *Promoting Peace. The Role of Civilian Conflict Resolution*. Berne, Stämpfli Publishers Ltd, 2002; ---- Galtung referido in: KOTZÉ, Dirk. “Issues in Conflict Resolution”. In Rev: *African Journal on Conflict Resolution*, 2 (2), Accord, Durban, 2002, p. 77-98.

Para o caso moçambicano, as causas e factores podem ser a pobreza⁴, os interesses, os desequilíbrios ou as assimetrias regionais no processo de desenvolvimento, a exclusão social, a apropriação de bens públicos. Muitas vezes vê-se o poder como única oportunidade de acesso à riqueza. É, portanto, o poder político com carga muito forte com interesses económicos. Assim, as eleições acabam sendo vistas por alguns sectores como uma porta aberta ao acesso fácil aos bens públicos. Outras causas podem ser as desigualdades sócio-económicas gritantes entre o cidadão comum e o cidadão que exerce o poder ou que faça parte dele, os altos índices de desemprego e uma governação não transparente em instituições públicas.

Muitas vezes, estabelece-se uma grande distância entre a vontade (o ideal) do cidadão e os interesses de grupos políticos e económicos que orientam as eleições.

Os conflitos surgem do desrespeito ao cidadão, sujeito real da democracia e ao princípio de cidadania. O exemplo limite deste desrespeito foi o caso de mortes de cidadãos ocorridas em Novembro de 2000 no município de Montepuez, na província nortenha de Cabo Delgado. Neste caso, o princípio da afirmação partidária quis sobrepôr-se ao princípio maior da afirmação da cidadania, da vontade do cidadão, ao qual se deve subordinar-se aquele. O mesmo caso de Montepuez evidenciou quão grande é a responsabilidade dos órgãos eleitorais, na medida em que não pode ser isenta totalmente de culpa na intransparência dos resultados finais.

Estes factores, na óptica da teoria de interesses de Burton, justificam por si os conflitos pela tomada (assumpção) do poder. Na mesma perspectiva de interesse não importa ser bom ou mau, ser capaz ou incapaz, ser inteligente ou não, ser honesto ou desonesto; importa, sim, *ter e viver bem, ser poder ou fazer parte dele*. Atitudes e factores como estes atirariam os homens a conflitos, não se preocupando com as consequências colaterais que daí podem advir.

Perante este quadro de causas e factores, a nossa premissa incide mais na prevenção sem, no entanto, descurar a resolução e a gestão de conflitos.

4. Prevenção de Conflitos Eleitorais

Ainda são poucas as experiências práticas das organizações da sociedade civil sobre prevenção de conflitos eleitorais. É recente o próprio sistema eleitoral. As eleições gerais e multipartidárias remontam de 1994. A 19 de Novembro corrente, realizaram-se as 2^{as} eleições autárquicas. Para o próximo ano, está prevista a 3^a edição das eleições presidenciais e parlamentares.

⁴ “O índice de incidência da pobreza absoluta é de 69,4% indicando que mais de 2/3 da população moçambicana se encontra abaixo da linha de pobreza. A pobreza apresenta níveis mais elevados nas zonas rurais (71,2%), onde se concentra cerca de 80% da população, que nas zonas urbanas (62,0%)” (In: GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. *Plano de Acção para a Redução da pobreza Absoluta, 2001-2005* (PARPA). (Documento de Estratégia e Plano de Acção para a Redução da Pobreza e Promoção do Crescimento Económico). Versão Final Aprovada pelo Conselho de Ministros, Maputo, Abril de 2001, p. 14.

A experiência que trazemos é do Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento (CEDE), que actua em algumas províncias do país. Ela consiste no acompanhamento do processo de construção da sociedade democrática. Essa construção caracteriza-se e avalia-se pela maneira como o cidadão, as instituições sociais e o Estado se articulam e funcionam, visando o interesse comum da consolidação da paz e promoção do bem-estar do cidadão. As instituições sociais englobam, entre outros, os partidos políticos, organizações não-governamentais, movimentos sociais, sindicatos, órgãos de comunicação social, igrejas.

Nesse processo de construção da sociedade democrática, a acção do CEDE incide também na prevenção e resolução de conflitos, na medida em que se localizam no país algumas “manchas da paz”⁵. Embora não sendo muitas, constituem zonas ou focos que ainda transpiram azedumes da guerra civil. Na perspectiva do princípio “holográfico” da teoria da complexidade⁶, podemos dizer que, por um lado, cada uma dessas manchas da paz constitui uma gota no mar da paz que se goza, mas, por outro, elas reavivam as zangas, as raivas e os ressentimentos da guerra civil terminada em 1992. Queremos dizer que a guerra estaria ainda presente em cada uma das manchas e cada mancha reavivaria toda a guerra; pelo que nenhuma delas deve ser sub-estimada. O CEDE leva a sério estes fenómenos que podem perturbar a paz. Uma dessas manchas foi o caso Montepuez, onde se deram mortes, um ano depois das eleições gerais de 1999.

A acção do CEDE consistiu na aproximação aos actores locais do mundo político, económico, social, religioso, tradicional e comunitário para os auscultar e compreender os níveis de tensão ou de conflitualidade. A conflitualidade é, por vezes, normal e salutar em democracia. Ela é, no entanto, negativa quando engendra violência, cria instabilidade e inviabiliza o desenvolvimento humano.

O passo seguinte consistiu na mobilização dos actores locais para a constituição de *fóruns públicos*, como espaços abertos aos diferentes actores, políticos, religiosos, agentes económicos e elementos da comunidade; como *locus* de reflexão e identificação de questões-chave e onde os homens se encontram como sujeitos locais construtores da harmonia social.

Um dos exemplos é o do fórum do município do Dondo. Este fórum integra actores de diversas tendências políticas (particularmente, da Frelimo e da Renamo), agentes económicos, membros de organizações cívicas, líderes religiosos, dirigentes do poder local e representantes de jovens. Antropologicamente, é um espaço de encontro de homens, de cidadãos e espaço de confronto salutar de ideias, interesses, e, psicologicamente, momento de catarse, através de choque de tensões, desabafos e antinomias tendentes ao bem comum do município.

Outra experiência da prevenção de conflitos relaciona-se com o fórum de debate na cidade de Inhambane. Este espaço, facilitado pelo CEDE, foi rapidamente assumido pelos actores locais. Por exemplo, a moderação dos encontros passou a ser feita rotativamente por

⁵ MAZULA, Brazão. *Moçambique: 10 Anos de Paz*. Maputo, CEDE, 2002, p. xii. Vol. I.

⁶ MORIN, Edgar. *A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformas o pensamento*. 7.ed. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002, p. 94.

elementos integrantes do fórum, às vezes em equipas de três pessoas de proveniência política e social diferente. A escolha do tema tem sido objecto de disputa e negociação permanentes. Muitos dos temas referem-se aos conflitos políticos, económicos e eleitorais. Na perspectiva da prevenção de conflitos eleitorais, a campanha eleitoral das recentes eleições municipais (de 19 de Novembro corrente), foi caracterizada pelo alto grau de civismo e tolerância, comparativamente as de 1998 e 1999. Estas eleições revelaram, assim, o crescimento da maturidade política do cidadão em relação aos processos eleitorais anteriores.

Queremos referir-nos a dois casos de prevenção, gestão e transformação de conflitos: o *caso Changara*, na província de Tete, no centro do país e o *caso Montepuez*, na província nortenha de Cabo Delgado.

5. Caso Changara

O CEDE tomou conhecimento de um conflito surgido das eleições gerais de 1999, na província de Tete. Em 2001, estabeleceu vários contactos com algumas individualidades do governo da província de Tete, com os partidos políticos e os órgãos de administração da justiça.

Apercebemo-nos do clima de tensão, agudizado por “pronunciamentos belicistas”⁶ e pela ameaça do recurso à força física. O conflito tendia a degenerar numa confrontação de consequências que podiam perigar a paz.

De acordo com depoimentos de alguns actores locais, o conflito resultara das campanhas eleitorais e das eleições gerais de 1999. Havia atingido os limites de violência física entre membros e simpatizantes dos dois principais partidos políticos. Culminara com espancamentos, apedrejamentos e destruição de infra-estruturas, como, por exemplo, da sede política de um dos partidos políticos. Para algumas pessoas, o conflito havia atingido igualmente níveis tais que exigia uma intervenção maior, com o envolvimento e diálogo das partes.

O que exacerbou os ânimos foi a evocação da actuação negativa de cada um dos ex-beligerantes durante a guerra civil, segundo revelaram alguns entrevistados.

Apesar das tentativas das instituições da lei e ordem, bem como dos órgãos de justiça, em resolver o conflito, ouvindo as partes e levado os possíveis culpados aos tribunais, psicologicamente o ambiente continuava tenso, inseguro e de desconfiança e medo. O conflito fora demasiado politizado e mexia com interesses e sensibilidades políticas.

Perante este cenário, o CEDE começou por auscultar os actores principais ao nível da província, nomeadamente, as instâncias judiciais, da lei e ordem, individualidades da sociedade civil, do governo e as lideranças dos partidos políticos. Dessa auscultação, ficaram evidentes três posições: uma, a dos militantes da Renamo, que reivindicava a reposição da

ordem e justiça; e a outra, a do Governo da Frelimo, que não via nada de anormal em relação aos acontecimentos, senão manifestação de ambições da Renamo de querer conquistar o poder à força num espaço político que lhe era hostil. Uma terceira posição, a das populações, que queriam apenas uma paz sem ameaças nem intimidações.

Depois de muito tempo de reflexão, o CEDE decidiu ir ao terreno. Era importante falar com as populações, para daí traçar um programa de acção adequado.

Os actores interpelados, membros e simpatizantes de um ou de outro partido político falaram à vontade. Apenas os funcionários públicos mostraram-se muito reservados ou reticentes com medo de perder os seus empregos, caso dessem algum depoimento.

Mais tarde, em conversa informal com uma individualidade religiosa do distrito, soubemos que a pessoa que acompanhava os pesquisadores do CEDE era membro de um dos partidos políticos em conflito, mas que tinha medo de se identificar com o receio de sofrer represálias junto do seu partido. Para aquele líder religioso, o medo devia-se às intimidações e denunciava a não convivência democrática na zona.

Após uma avaliação da situação, o CEDE promoveu um encontro com os actores entrevistados ao nível distrital e provincial. Vários actores da sociedade civil e das instituições políticas, que não tinham conhecimento mais circunstanciado do conflito, iniciaram uma espécie de pressão junto dos políticos no sentido de busca de uma solução rápida para a estabilização social no distrito.

Desse encontro foi constituído um grupo de voluntários que acompanhou a equipa do CEDE à sede do distrito de Changara, província de Tete⁷.

O primeiro encontro realizado na sede do distrito foi o mais difícil de todos. Dias antes da chegada da equipa do CEDE, os antigos combatentes da luta de libertação nacional (Frelimo) haviam sido mobilizados para impedir o acesso da viatura que transportava os pesquisadores do CEDE à sede do distrito. Não aconteceu o pior porque a viatura que levava a equipa avariou pelo caminho. Esse pior que se esperava foi comprovado no encontro com os antigos combatentes que, mais tarde, declararam ter compreendido o verdadeiro papel do CEDE naquele distrito e que o mal-entendido decorreria de uma informação falsa em como o CEDE era instrumento partidário da Oposição.

Depois de vários contactos, foi possível encontrar uma saída para a criação de um ambiente de paz social e política no distrito. Foram alcançados alguns consensos e elaborado um programa conjunto de encontros periódicos para a discussão dos problemas do distrito. O CEDE intensificou os seus contactos ao nível das cúpulas dos partidos Frelimo e Renamo na província e envolvimento de outros actores, políticos e civis.

⁶ Entrevistas com dirigentes do governo provincial, partidos Frelimo e Renamo, e com magistrados e oficiais policiais da província de Tete.

⁷ A província de Tete localiza-se no Centro do País. Changara é um distrito ao sul da província. Este distrito é caracterizado pela tensão política entre os antigos combatentes da Frelimo e os simpatizantes da Renamo.

Ainda com vista à consolidação do ambiente de paz foram tomadas outras iniciativas e aproveitadas todas as oportunidades disponíveis. Foi assim que aproveitamos as comemorações do 11º aniversário do Acordo Geral de Paz a 4 de Outubro de 2003 para iniciar o debate a discussão dos problemas que dificultam a convivência democrática e com o impacto no desenvolvimento do distrito e procurar soluções e recomendações de consenso. Organizou-se igualmente um ciclo de palestras-debate sobre *Democracia Eleitoral* com enfoque no contributo das eleições para a estabilidade social e política.

Conseguiram-se resultados como a realização de um encontro, na mesma sala, de simpatizantes dos dois maiores partidos políticos para uma palestra e debate sem receios nem medo; o assumir do compromisso da colaboração mútua nos projectos de desenvolvimento do distrito e o partido Renamo conseguiu reinstalar a sua sede na capital do distrito, passando a colaborar mais com as autoridades do distrito.

Acreditamos que a discussão aberta dos contornos do conflito e a promoção de espaços para debate sobre a convivência democrática podem ter contribuído para que elementos influentes dos partidos políticos e do governo provincial se deslocassem ao distrito com intuito de apelar aos governantes locais, membros e simpatizantes dos partidos para uma convivência pacífica e colaboração mútua.

Cabe ao CEDE o trabalho de monitorar a fase pós-conflito, e assegurar que a confiança entre os partidos políticos, cidadãos e instituições se consolide.

6. Caso Montepuez: a delicadeza da mediação de um conflito

O caso de mediação pós-eleitoral que trazemos, pretende ser a imagem das dificuldades e da delicadeza da mediação de conflitos que as organizações civis têm enfrentado no sentido de interacção com os actores políticos directamente envolvidos no processo.

Em Novembro de 1999 realizaram-se as segundas eleições gerais e multipartidárias. Os partidos políticos da Oposição constituíram-se em Coligação Renamo-União Eleitoral (RUE). O processo eleitoral foi muito disputado.

A campanha eleitoral desse ano foi caracterizada por discursos de ataques mútuos entre a Frelimo e a Renamo-União Eleitoral. Ao tom belicista dos discursos juntaram-se em alguns momentos acções de violência entre simpatizantes e membros dos dois maiores partidos políticos.

O clima de “tensão” e de “confrontação” que precedeu o período de votação, pode ter induzido (facilitado) algumas zonas do país para uma situação de violência entre os membros e simpatizantes de ambas as partes. Como observa Marc de Tollenaere, o equilíbrio dos

resultados atingido a nível nacional fez com que os protagonistas endurecessem as suas posições, porque tanto a derrota como a vitória estiveram próximos⁹.

Nestas condições e nas palavras de um líder político, quando os contendores políticos são inimigos e não há convívio social entre adversários políticos, “é mais difícil a democratização na base, (...), dado que é onde há mais pobreza”. “Aqui em Maputo falo com o meu adversário sem problemas, mas na base as coisas são diferentes”.

Os resultados eleitorais acabaram sendo veementemente contestados pela coligação Renamo-União Eleitoral. Gerou-se no país um clima de insegurança. A sociedade civil apelava para a calma, solução pacífica do conflito gerado. Em Novembro de 2000, a Renamo-União Eleitoral organizou em todo o país manifestações políticas de protesto. As manifestações ocorridas em Montepuez, na província nortenha de Cabo Delgado, caracterizaram-se por excessos cometidos de parte a parte, designadamente, pela polícia e pelas lideranças dos manifestantes. Esses excessos saldaram-se na morte de cerca de uma centena de pessoas.

Estes excessos mancharam o clima de paz no país. Após um trabalho prévio no terreno, o CEDE elaborou um projecto visando a normalização do ambiente social, político e psicológico de Montepuez. O CEDE procurou parcerias junto doutras organizações civis, como o Conselho Cristão de Moçambique (CCM), a Organização Reconstruindo a Esperança e a Amode. Conseguiu um apoio financeiro da Cooperação Suíça.

Na sua realização, o projecto conheceu, por vezes, momentos difíceis e de grandes constrangimentos.

O Projecto incluiu várias actividades, a saber: o treinamento de activistas em prevenção e mediação de conflitos; a realização de seminários de reflexão sobre a paz e os direitos humanos, educação cívica e eleitoral e a criação e funcionamento de um fórum municipal/distrital.

A fase preparatória foi marcada por contactos inter-pessoais com as lideranças políticas, administrativas e da sociedade civil, para discussão e definição de prioridades do projecto e assegurar o envolvimento dos actores e das comunidades locais. O CEDE orientou um encontro público de auscultação em Maio de 2001. Foi o primeiro encontro depois dos acontecimentos de Novembro de 2000, que juntou, na mesma sala, membros do Partido Frelimo e da Coligação Renamo-União Eleitoral, membros da Sociedade civil, das religiões católica, protestantes e muçulmana, representantes de vários organismos do Estado, abordando assuntos de relacionamento e estabilidade social e política do local.

Elaborou-se um inquérito com o envolvimento de docentes do Departamento de Matemática e Estatística da Universidade Eduardo Mondlane e de estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique em Nampula. O inquérito tinha por objectivo a recolha das percepções dos cidadãos residentes no distrito, avaliar o grau de

⁹ TOLLENAERE, *op. cit.*, p.236.

confiança e aproximação entre as autoridades governamentais, as instituições sociais e o cidadão no distrito de Montepuez e facilitar uma actuação mais orientada para os objectivos do projecto. Paralelamente, decorreu o treinamento de activistas em prevenção e mediação de conflitos.

O processo de treinamento não teve a participação de todas as forças políticas envolvidas nos acontecimentos de 2000, porque reinava ainda o sentimento de aversão de um por outro, de tensão e de descrença na seriedade do adversário político. Os membros da Renamo condicionaram a sua participação no treinamento de activistas em prevenção e mediação de conflitos, à um frente-à-frente com os dirigentes do Governo e partido Frelimo do distrito. Não foi fácil conseguir-se esse encontro (a 9 de Agosto de 2002), mas os dirigentes do governo e da Frelimo cooperaram e tudo deu certo.

Tratou-se de um encontro difícil. Reuniam-se, pela primeira vez, à mesma mesa, as duas partes directamente envolvidas no “Caso Montepuez”. Psicologicamente, as pessoas tinham ainda frescas os traumas dos acontecimentos de 2000. Foram abordadas as ocorrências de espancamentos, detenção e ameaças aos membros e simpatizantes de ambas as partes. Depois de muitas horas de discussão, as partes aceitaram-se e concordaram em assinar a “Acta de Reunião de Montepuez”⁸, adoptando-a para instrumento de trabalho conjunto para a normalização política do distrito. Acordaram, inclusive, que as divergências interpessoais não fossem politizadas de modo a ameaçar a paz e a estabilidade do distrito.

A assinatura da Acta de Reunião significou uma demonstração da vontade e do interesse das partes para uma convivência e um relacionamento na base de princípios e regras democráticos. Embora, inicialmente, a assinatura colectiva da Acta não fosse bem vista pelas cúpulas centrais dos dois partidos, ela veio demonstrar-se, no terreno, útil e válida. Fora criado o ambiente para a celebração pacífica do 11º Aniversário da Paz a 4 de Outubro e o ambiente igualmente pacífico das recentes eleições autárquicas de 19 de Novembro corrente.

Para essas eleições, o desafio consistiu na preparação dos concorrentes dos partidos políticos e dos candidatos independentes, comprometendo-os a adoptar uma postura não agressiva e a incidir nas propostas de programas de governação. Ao mesmo tempo, o CEDE e as organizações parceiras haviam sido solicitadas pelos actores políticos da província de

⁸ É o seguinte o compromisso assumido: “1. De ora em diante, as partes comprometem-se a manter um diálogo aberto, franco e consensual. 2. De ora em diante, as partes se comprometem a reconhecer e respeitar as instituições do Estado e da sociedade civil, nos termos da Constituição da República. 3. Doravante as partes comprometem-se a colaborar e a participar em quaisquer actividades previstas no âmbito das comemorações de 4 de Outubro e desencadear uma campanha de sensibilização junto da população, para a contenção de clima de eventuais hostilidades. 4. Doravante as partes comprometem-se a manter uma postura conciliadora e de permanente procura de diálogo e reconciliação, com acções concretas que se traduzem na melhoria de aproximação e confiança, sem recurso à força própria. 5. De ora em diante as partes se comprometem a desempenhar um papel preponderante na educação cívica do cidadão e a não promover, facilitar, instigar e acomodar actos de violência que resultem na queda da boa convivência, segurança e tranquilidade. 6. Ambas as partes entendem que José Calisto da Rocha, de observador do encontro, passe para Pesquisador local do CEDE e o legitimem como pessoa de contacto. 7. No quadro da presente Acta da Reunião, quaisquer perturbações deverão ser comunicadas às partes que se reunirão e chegarão a consensos sobre as medidas a tomar, observando sempre a necessidade de reconciliação e concórdia, sem prejuízo da acção das instituições, nos termos previstos.

Elaborado pelo CEDE em Montepuez, aos 9 de Agosto de 2002.

Os Signatários:” (seguem 7 assinaturas do Administrador Distrital, do Presidente do Município, do Delegado Político da Renamo, do Primeiro Secretário da Frelimo, do Chefe da Juventude da Renamo e de dois representantes do CEDE).

Cabo Delgado e do distrito de Montepuez, para organizar seminários e outras acções de capacitação sobre gestão e resolução de conflitos, visando garantir eleições tranquilas.

Outro passo da intervenção foi o da transformação dos encontros entre os actores políticos e civis locais em momento de interacção para aquilatar o grau de observância dos pontos acordados na Acta de Reunião. Daí que, num dos encontros havidos, foi consensualmente adoptado o princípio de rotatividade na moderação dos encontros.

Em relação à observância dos pontos acordados na Acta, num dos encontros de avaliação, as partes concluíram não ter havido violações de maior, senão relatos de atitudes emocionais e muito pessoais que não interferiram na vida pública. No entanto, todos renovaram o seu compromisso assumido aquando da assinatura da Acta. Daí em diante, seguiram-se vários encontros entre as partes, já sem necessidade da intervenção directa do CEDE.

Os efeitos visíveis disso podem ser testemunados também pelas palavras de dois dirigentes.

O Presidente do Partido Renamo, Sr. Afonso Dlhakama, pode dizer em tom de desabafo: “Hoje em dia o meu partido consegue sentar-se e conversar com o nosso adversário político (Frelimo). Até podemos fazer comício. Antes para as pessoas ir a uma reunião era o mesmo que procurar a morte”. Concluiu observando que, “no terreno, agora ambas as partes querem ser bem vistas pelas organizações da sociedade civil, ... isso já ajuda os dirigentes políticos locais a saberem comportar-se bem”.

Por outro lado, o administrador do Distrito referiu-se aos resultados da intervenção do CEDE nos seguintes termos: “estivemos juntos com o meu colega da oposição (Renamo) na inauguração de um furo de água, até deu um auxílio ao dispôr-se para facilitar a comunicação com a comunidade”. Outros governantes municipais, salientaram o sucesso da campanha de vacinação contra a cólera, atribuindo-o ao facto da Renamo não ter feito uma contra-campanha como fizera nos anos anteriores, o que contribuiu para a redução de casos de mortes devido à epidemia.

Embora os actores locais avaliem positivamente o trabalho do CEDE e dos parceiros, temos a consciência de que há ainda um longo caminho por percorrer.

7. Conclusão

A experiência da prevenção, gestão e transformação de conflitos que trouxemos confirma-nos a delicadeza do processo, ao mesmo tempo, que se revela confortante quando realizado com honestidade na senda da paz e do desenvolvimento real do país. Exige-se muita paciência e equilíbrio, ou seja, que se caminhe limpo.

Ora, a estratégia de implicar ou confundir a organização com os interesses do adversário político é, por vezes, recurso (desconfortável) que os partidos políticos utilizam

para avaliar a seriedade das iniciativas das organizações da sociedade civil. Um elemento do CEDE, em jeito de desabafo, pode observar certa vez a um político: “quando estamos com a Frelimo somos acusados de estarmos ao serviço da Renamo, e quando vamos à Renamo, somos suspeitos de estarmos a cumprir uma agenda do Governo da Frelimo, isso leva-nos a concluir que os Senhores se conhecem e combinam para acusar o CEDE”. Quando se trabalha de maneira imparcial é preciso ter em conta esse tipo de acusações ou de desconfiança. Interessa a lisura dos objectivos e a transparência na postura ou no relacionamento com os partidos políticos.

À semelhança do que se passa noutros países da região da África Austral, o sistema multipartidário adoptado em Moçambique trouxe novos desafios no relacionamento entre o Estado, os partidos políticos e a sociedade civil e desafios no funcionamento das instituições sociais. A experiência é nova.

Embora a acção e o papel das organizações da sociedade civil se façam sentir no novo contexto político no país, elas enfrentam ainda muitos desafios, de certa maneira, compreensíveis em sociedades democráticas em construção. Há que entender desta forma as reticências e, por vezes, as desconfianças dos partidos políticos e do próprio Estado em relação às iniciativas das organizações civis. Mas políticos precisam da sociedade civil e esta, daqueles.

O facto de constar na actual lei eleitoral a abertura para a sociedade civil propôr nomes de candidatos para presidentes da Comissão Nacional de Eleições, e Comissões Provinciais e Distritais, respectivamente, é já uma indicação do reconhecimento do papel que a sociedade civil pode jogar no processo eleitoral. Reforça, igualmente, a ideia de que uma fracção significativa do eleitorado começa a emancipar-se de alguma forma da tutela autoritária e disciplinadora dos movimentos políticos.

Outro constrangimento é o risco que certas organizações correm de ser utilizadas por grupos de interesses para abraçarem causas ou tolerarem práticas nem sempre benéficas à paz.

As organizações da sociedade civil deverão encontrar formas mais adequadas para evitarem que a sua acção possa servir outros interesses senão a paz e o desenvolvimento do país, sabendo “traduzir os seus objectivos mais amplos”¹⁷ em causa justa da paz e bem-estar social dos cidadãos e garantir desse modo a manutenção do seu estatuto de terceiro sector na sociedade.

O papel das organizações da sociedade civil de lidar com questões eleitorais é muito delicado e exige muita paciência. Torna-se imperioso saber *i) lidar de forma igual com todos os candidatos, partidos políticos e sociedade em geral e ii) na sua actuação, explorar e potenciar ao máximo possível as forças ou oportunidades de transparência e reduzir ao*

¹⁷ Santos refere que “um movimento colectivo (como as organizações da sociedade civil) deve ser capaz de traduzir e desmontar os seus objectivos mais amplos e as suas lutas mais globais em desejos, aspirações, conflitos e lutas individuais e interaccionais. (Revista Crítica de Ciências Sociais, nº10, Centro de Estudos Sociais. Coimbra, 1982, p.33).

*mínimo possível as ocasiões (fraquezas) de intransparência*¹⁸, que possam pôr em perigo a sua seriedade e compromisso com a missão.

O desafio consiste em estabelecer um diálogo sério e uma estratégia de articulação entre a organização da sociedade civil e os vários níveis da organização política. Ora, o campo de intervenção das organizações da sociedade civil nos eventos eleitorais é muito vasto. A experiência diz-nos ser fundamental recolher e valorizar as boas práticas”, e torná-las em factores reforçadores da democracia e de paz.

* * *

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Fernando Loureiro. *Ciência Política: Guia de Estudo*. Maputo, Livraria Universitária, 1999.

BRITO, Luís. *O Comportamento Eleitoral nas Primeiras Eleições Multipartidárias em Moçambique*. In *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo, Elo Gráfica, 1995, p.473-499.

CARLOS, Serra. *Eleitorado Incapturável*. Maputo, Livraria Universitária, 1999..

MUAGERENE, António e ALI, Armando Assane. *A Sociedade Civil como um Grupo de Pressão e Acção: Reflexões sobre o papel das organizações da sociedade civil (OSC) na consolidação da democracia*. Nampula, CEDE, 2003.

SANTOS, Boaventura Sousa. “Direito e Comunidade”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 10. Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 1982, p.9-40.

_____. *Reinventar a Democracia*. Lisboa, Fundação Mário Soares, 1998.

SANTOS, Boaventura Sousa e TRINDADE, João Carlos. *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto, Edições Afrontamento, 2003. 2º Vol.

TOLLENAERE, Marc. “Democracia e Eleições em Moçambique: Teoria e Prática”. In MAZULA, Brazão. *Moçambique: 10 Anos de Paz*. Maputo, Livraria Univresitária, 2002.

¹⁸ MAZULA, Brazão. *Instrumentos Disponíveis à Comissão Nacional de Eleições para a Gestão de Conflitos e Possíveis Alternativas*. Comunicação apresentada no Seminário co-organizado pela EISA e pelo CEDE, em Maputo, Junho de 2003, p.15.